

Sul América Santa Cruz Participações S.A.

CNPJ 92.664.937/0001-80



Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 3 de fevereiro de 2020, a Sul América S.A. ("SASA") comunicou ao mercado que, após o cumprimento das condições precedentes em contrato, incluindo as aprovações regulatórias, foi concluída a operação de venda de quase a totalidade da carteira de capitalização da Sul América Capitalização S.A. ("SULACAP"), bem como a alienação da participação minoritária da Companhia na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap"), correspondente a 24,5% de seu capital total e votante, ao Grupo Icatu, já acionista da CaixaCap. Em 2020, a Companhia apresentou prejuízo de R\$22,2 milhões, frente ao lucro líquido de R\$87,2 milhões no exercício de 2019. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)			
	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante		1.511.504	1.242.891
Disponível	5	1.631	1.136
Caixa e bancos		1.631	1.136
Aplicações financeiras		1.494.798	1.220.808
Aplicações financeiras	6	1.494.798	1.220.808
Títulos e créditos a receber		14.995	20.844
Títulos e créditos a receber		1.023	12.098
Créditos tributários e previdenciários	7	14.887	9.983
Outros		105	563
(-) Redução ao valor recuperável		(1.020)	(1.800)
Despesas antecipadas		80	103
Não circulante		182.828	318.093
Realizável a longo prazo		154.917	170.176
Aplicações financeiras		563	-
Aplicações financeiras	6	563	-
Títulos e créditos a receber		154.003	169.975
Créditos tributários e previdenciários	7	34.366	42.354
Depósitos judiciais e fiscais	13.1	119.637	127.621
Ativos de arrendamentos		351	201
Investimentos		27.910	147.921
Participações societárias	8	27.805	147.809
Propriedade para Investimento		10	-
Imóveis destinados à renda		-	15
Outros investimentos		215	219
(-) Redução ao valor recuperável		(120)	(122)
Imobilizado		1	(4)
Total do ativo		1.694.332	1.560.984
Passivo			
Circulante		1.533	33.678
Contas a pagar		1.392	33.612
Obrigações a pagar	9	139	20.765
Impostos e contribuições	10	267	866
Outras contas a pagar	11	986	11.981
Outras ações judiciais		13.2	141
Provisões judiciais		141	66
Não circulante		98.364	105.420
Contas a pagar		83.732	82.033
Obrigações a pagar	9	83.251	81.692
Outras contas a pagar	11	481	341
Outras ações judiciais		13.2	14.632
Provisões judiciais		14.632	23.387
Patrimônio líquido		14	1.594.435
Capital social		1.402.900	1.137.873
Reservas de capital		(78.990)	(32.990)
Reservas de lucros		290.488	312.681
Ajuste de avaliação patrimonial		(19.963)	4.322
Total do passivo e patrimônio líquido		1.694.332	1.560.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)			
	Notas	2020	2019
Resultado de equivalência patrimonial		(41.683)	14.673
Outras receitas e (despesas)		31.588	73.251
Despesas administrativas	15.1	(989)	(2.394)
Despesas com tributos	15.2	(2.949)	(3.424)
Receitas financeiras	15.3.2	53.881	88.125
Despesas financeiras	15.3.3	(19.128)	(8.989)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível		773	(67)
Resultado antes dos impostos		(10.095)	87.924
Imposto de renda	16	(10.212)	(273)
Contribuição social	16	(1.886)	(476)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(22.193)	87.175
Quantidade de ações		20.069	16.907
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício por ação		(1,11)	5,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)			
	Notas	2020	2019
Lucro líquido do exercício		(22.193)	87.175
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Perdas atuárias, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	17	-	(11)
Efeitos fiscais	17	-	4
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Perdas não realizadas com ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.2	(13.026)	(11.218)
Efeitos fiscais	17	4.430	3.825
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	8	(15.689)	(2.410)
Componentes do resultado abrangente		(24.285)	(9.810)
Resultado abrangente do exercício		(46.478)	77.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)			
	2020	2019	
Lucro / prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(10.095)	87.924	
Mais			
Depreciações e amortizações	195	123	
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	-	4	
Resultado negativo de equivalência patrimonial	41.683	-	
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	2.364	3.393	
Juros de arrendamento mercantil	11	26	
Menos			
Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	(14.673)	
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(1.830)	(4.998)	
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(474)	(447)	
Atividades operacionais			
Variação de aplicações financeiras	(283.150)	(159.499)	
Variação de títulos e créditos a receber	72.757	(33.298)	
Variação de despesas antecipadas	23	(103)	
Juros pagos	(35)	-	
Dividendos recebidos	14.000	29.292	
Variação de contas a pagar	(67.742)	28.999	
Variação de outras ações judiciais	(11.044)	(1.873)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(395)	(17.665)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(243.732)	(82.795)	
Atividades de investimento			
Recebimento devido a redução de capital	-	101.546	
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-	101.546	
Atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(20.704)	(18.612)	
Aumento de capital	265.027	-	
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(96)	-	
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de financiamento	244.227	(18.612)	
Aumento no caixa	495	139	
Caixa no início do exercício	1.136	997	
Caixa no final do exercício	1.631	1.136	
Aumento no caixa	495	139	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.7. Passivos financeiros circulantes e não circulantes: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.8. Provisões para ações judiciais: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. 3.8.1. Cíveis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso processual. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, sendo os 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo. Portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,71% ao ano (10,74% em 2019). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais".

continua

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)									
Descrição	Reserva de capital			Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio/Deságio em transação de capital	Total da Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros			
Saldo em 01/01/2019	1.137.873	(32.990)	(32.990)	26.783	219.427	246.210	14.132	-	1.365.225
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(9.810)	-	(9.810)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	87.175	87.175
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	4.359	-	4.359	-	(4.359)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	62.112	62.112	-	(62.112)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - R\$1.224,58 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	-	-	(20.704)	(20.704)
Saldo em 31/12/2019	1.137.873	(32.990)	(32.990)	31.142	281.539	312.681	4.322	-	1.421.886
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$255.014, conforme AGE do dia 28/09/2020, à razão de R\$84.032,70 por ação	255.014	-	-	-	-	-	-	-	255.014
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$10.013, conforme AGE do dia 28/10/2020, à razão de R\$78.842,91 por ação	10.013	-	-	-	-	-	-	-	10.013
Transação de capital	-	(46.000)	(46.000)	-	-	-	-	-	(46.000)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(24.285)	-	(24.285)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(22.193)	(22.193)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	-	-	-	-	(22.193)	(22.193)	-	22.193	-
Saldo em 31/12/2020	1.402.900	(78.990)	(78.990)	31.142	259.346	290.488	(19.963)	-	1.594.435

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A. denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragóiti Lucas, 121 parte no bairro Cidade Nova, e tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de Capitalização. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAÚDE" e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 25/02/2021 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). 1.1. Venda de parte da carteira de capitalização e sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap") para o Grupo Icatu: Em 13 de maio de 2019, a SulAmérica por meio de suas controladas indiretas Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("SULACAP") e Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("SANTA CRUZ") celebrou contratos para venda de quase a totalidade de sua carteira de capitalização, assim como da sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap"). Esta transação teve como objetivo concentrar a atuação da SulAmérica em segmentos em que possui maior potencial de crescimento e vantagens competitivas. A conclusão das operações estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, usuais neste tipo de negócio, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes. Em 17 de julho de 2019, a operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo Defesa Econômica - CADE e no dia 28 de agosto de 2019 foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 03 de fevereiro de 2020, a Companhia comunicou ao mercado, que mediante a implementação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias, foi concluída com sucesso nesta data, pelo montante de R\$70.454 apurando um ganho no consolidado de R\$2.883, líquido dos custos da operação e baixa de intangível pela ausência de geração de benefícios futuros após a alienação da carteira, a operação de venda de quase a totalidade da carteira de capitalização de sua controlada indireta SULACAP, bem como a alienação da participação minoritária de sua controlada indireta SANTA CRUZ na CaixaCap, correspondente a 24,5% de seu capital total e votante, ao Grupo Icatu, já acionista da CaixaCap. O valor da venda está sujeito a determinados ajustes conforme previsto em contrato. 1.2. Análise de impactos trazidos pela COVID-19: A Companhia, durante todo ano de 2020, acompanhou e segue acompanhando a evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, e vem atuando junto a seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e investidores para buscar minimizar os impactos para a sociedade. Praticamente toda a equipe da Companhia segue trabalhando em regime domiciliar, com todos os processos operacionais em pleno funcionamento. Adicionalmente, a Companhia segue evoluindo no desenho de seu plano de retomada, monitorando de perto o cenário em todas as regiões e seguindo as recomendações de especialistas em saúde e segurança para planejar com cautela a retomada às estruturas físicas da Companhia. A proliferação da COVID-19 no Brasil, após sinais de retração no terceiro trimestre, voltou a apresentar uma curva de crescimento no quarto trimestre de 2020, continuando sua evolução incerta e dependente das ações das entidades governamentais e da população de cada região. A Companhia mantém o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e vem adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está à manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente. No ano de 2020, os resultados financeiros da Companhia foram impactados por conta da política de redução da taxa básica de juros da economia pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que reduziu a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) em 2,5 p.p. no período objetivando, principalmente, mitigar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19. A Companhia continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações

emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora indireta Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 30/03/2021. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 6). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. 3.1.2. Balanço patrimonial: Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: 3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. Derivativos: São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros. 3.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "custo amortizado" são classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. Investimentos - participações societárias: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida indefinida, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do

continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. – CNPJ 92.664.937/0001–80

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante em rubrica própria e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.8.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.10. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras, registrados com base em estimativas, referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação, o registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e a constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 6); • Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 7.2); • Provisões judiciais (nota 13.2); e • Obrigações fiscais (nota 13.3). **3.11. Normas emitidas e revisadas: 3.11.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios); • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8); • Alteração de referências da estrutura conceitual nas Normas IFRS; e • Concessões de aluguel relacionado à COVID-19 (alteração ao IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/06/2020. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2020 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **1. Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **2. Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **3. Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **4. Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desbarramento dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 01/01/2019	309.805	758.904	1.068.709
Aplicações	6.138	672.491	678.629
Rendimentos resgate	(5.335)	(1.265)	(6.600)
Principal resgate	(43.489)	(544.901)	(588.390)
Resultado financeiro	18.257	61.216	79.473
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	205	–	205
Ajuste a valor de mercado	–	(11.218)	(11.218)
Saldo em 31/12/2019	285.581	935.227	1.220.808

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2019	285.581	935.227	1.220.808
Aplicações	268.803	821.059	1.089.862
Rendimentos resgate	(21.806)	(15.909)	(37.715)
Principal resgate	(89.663)	(712.842)	(802.505)
Resultado financeiro	4.125	33.250	37.375
Ajuste a valor de mercado	–	(13.026)	(13.026)
Saldo em 31/12/2020	447.040	1.047.759	1.494.799

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (AP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As tabelas abaixo, apresentam o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a variação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01:

	2020	2019
Fatores de risco	VaR 95% DV01=0,01%	
Juros nominal	3.753	198
Juros real	22	–
Taxa referencial	207	–
Outros	29	363
Efeito de diversificação	(191)	–
Total	3.820	561

	2020	2019
Fatores de risco	VaR 95% DV01=0,01%	
Pré-fixado	292	(29)
IGP-M	2	–
Outros	12	–
Efeito de diversificação	(23)	–
Total	283	(29)

Os valores informados na linha "Efeito de diversificação" demonstram a redução do VaR decorrente da correlação entre os ativos contidos na carteira de investimentos. 6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento

definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **4.2. Risco de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-los nos termos em que foi acordado. A carteira de crédito privado é composta basicamente por emissores da menor categoria de risco possível (classe AAA e AA+) e as cotas de fundo de investimentos administradas por instituições de primeira linha, de acordo com as melhores práticas de mercado. **4.3. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar temporariamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2020 e 2019:

	2020							
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	358.372	239.694	248.654	656.565	1.503.285	1.494.799	(8.486)	1.494.799
Valor justo por meio do resultado	358.372	48.696	–	40.107	447.175	447.040	(135)	447.040
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	190.998	248.654	616.458	1.056.110	1.047.759	(8.351)	1.047.759

	2019							
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	121.078	67.985	228.217	798.497	1.215.777	1.220.808	5.031	1.220.808
Valor justo por meio do resultado	121.078	67.985	42.494	53.701	285.258	285.581	323	285.581
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	185.723	744.796	930.519	935.227	4.708	935.227
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	20.704	–	–	–	20.704	20.704	–	20.704

5. Disponível: Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2020	2019
Caixa e bancos	1.631	1.136
Total	1.631	1.136
Circulante	1.631	1.136

6. Aplicações financeiras: 6.1. Composição das aplicações financeiras:

	2020					
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa - privados	–	–	593.381	577.396		577.396
Letras financeiras	–	–	593.381	577.396	116,29% CDI	577.396
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	462.729	470.363		470.363
Pré-fixado	–	–	307.369	314.814	6,19% a.a.	314.814
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Série F - Pré-fixado	–	–	155.360	155.549	4,38% a.a.	155.549
Títulos de renda variável	–	–	–	–		–
Ações	–	–	–	30	–	30
Valor recuperável	–	–	–	(30)	–	(30)
Cotas de fundos de investimentos	447.175	447.040	–	–		447.040
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	358.206	358.206	–	–	–	358.206
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	88.969	88.834	–	–	–	88.834
Letras financeiras	43.849	43.836	–	–	115,00% CDI	43.836
Letras financeiras do tesouro	43.925	43.803	–	–	SELIC	43.803
Operações compromissadas	1.028	1.028	–	–	SELIC	1.028
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	189	189	–	–	–	189
Cotas de fundos de investimentos em ações	(22)	(22)	–	–	–	(22)
Subtotal	447.175	447.040	1.056.110	1.047.759		1.494.799
Percentual total - contábil		29,91%		70,09%		100,00%
Outras aplicações						562
Total						1.495.361
Circulante						1.494.798
Não circulante						563

	2019					
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa - privados	–	–	590.169	594.875		594.875
Letras financeiras	–	–	590.169	594.875	116,37% CDI	594.875
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	340.350	340.352		340.352
Letras financeiras do tesouro	–	–	340.350	340.352	SELIC	340.352
Cotas de fundos de investimentos	285.259	285.581	–	–		285.581
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	120.913	120.913	–	–	–	120.913
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	164.346	164.668	–	–	–	164.668
Letras financeiras	42.994	42.824	–	–	115,00% CDI	42.824
Letras financeiras do tesouro	76.977	76.969	–	–	SELIC	76.969
Operações compromissadas	44.710	44.710	–	–	SELIC	44.710
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	204	204	–	–	–	204
Outros	(39)	(39)	–	–	–	(39)
Subtotal	285.259	285.581	930.519	935.227		1.220.808
Percentual total - contábil		23,39%		76,61%		100,00%
Total						1.220.808
Circulante						1.220.808

exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Títulos de renda fixa – públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e **Instrumentos financeiros derivativos – contratos futuros e opções:** Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3. **Nível 2: Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado e taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; e (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a

mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários custo amortizado, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. Os ativos alocados em fundos de investimentos exclusivos são apresentados de acordo com os níveis de hierarquia classificados acima.

	2020		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	44.831	402.209	447.040
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	470.363	577.396	1.047.759
Total	515.194	979.605	1.494.799

	2019		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor Justo por meio do resultado	121.679	163.902	285.581
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	340.352	594.875	935.227
Total	462.031	758.777	1.220.808

7. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2020	2019
Tributos a compensar/recuperar (nota 7.1)	19.158	14.245
Créditos tributários (nota 7.2)	35.931	48.767
Débitos tributários (nota 7.2)	(5.836)	(10.675)
Total	49.253	52.337
Circulante	14.887	9.983
Não circulante	34.366	42.354

continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. - CNPJ 92.664.937/0001-80

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perda em investimentos	550	-	-	550
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	32.615	980	(3.269)	30.326
Redução ao valor recuperável de créditos	15.596	-	(15.250)	346
Perda com ajuste a valor de mercado	-	12.128	(9.336)	2.792
Outros	6	-	-	6
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	48.767	13.108	(27.855)	34.020
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	1.911	-	1.911
Total dos créditos tributários	48.767	15.019	(27.855)	35.931
Atualizações de depósitos judiciais	(9.015)	(510)	3.710	(5.815)
Ajuste a valor de mercado	(1.639)	-	1.639	-
Outros	(21)	-	-	(21)
Total dos débitos tributários	(10.675)	(510)	5.349	(5.836)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	38.092	14.509	(22.506)	30.095

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionados, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortização de ágio em investimentos e provisão para perda de incentivo fiscais, estão demonstrados a seguir:

Ano	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	548	137
Diferenças temporárias - CSLL	2.775	250
Total	3.323	387

8. Investimentos - participações societárias: Em 31/12/2020 e 2019, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP	Caixa Capitalização S.A. - CAIXACAP	Total
Saldo em 01/01/2019	266.384	-	266.384
Transferência (a)	-	58.454	58.454
Equivalência patrimonial	14.673	-	14.673
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.410)	-	(2.410)
Redução de capital (a)	(160.000)	-	(160.000)
Dividendos	(29.292)	-	(29.292)
Saldo em 31/12/2019	89.355	58.454	147.809
Equivalência patrimonial	(41.683)	-	(41.683)
Ajustes de avaliação patrimonial	(15.689)	-	(15.689)
Aumento de capital (b)	9.822	-	9.822
Dividendos	(14.000)	-	(14.000)
Baixa de investimento (c)	-	(58.454)	(58.454)
Saldo em 31/12/2020	27.805	-	27.805

Descrição	2020	2019
Obrigações fiscais (Nota 13.3)	83.251	81.692
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	20.704
Demais	139	61
Total	83.390	102.457
Circulante	139	20.765
Não circulante	83.251	81.692

Descrição	2020	2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	211
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	394
Contribuições PIS e COFINS	255	249
Outros	12	12
Total	267	866
Circulante	267	866

(a) Em 02/01/2019, a Companhia reduziu o capital da SULACAP no montante de R\$160.000. Como parte da restituição de capital a Companhia passou a ter investimento direto na Caixacap, além de pagamento de R\$101.546 em espécie; (b) Em 28/10/2020, a Companhia aumentou o capital da SULACAP no montante de R\$9.822, com a emissão de 27 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$363.730,32 (reais) por ação; e (c) Baixa de investimento na CAIXACAP conforme nota 1.1.

Descrição	Sul América Capitalização	
	S.A. - SULACAP	Total
Ativo	187.197	
Passivo	160.901	
Patrimônio líquido	26.296	
Receita líquida	14.952	
Lucro líquido do exercício	(46.358)	
Percentual de participação (%)	100,00%	
Valor contábil do investimento	27.805	27.805
Quantidade de ações ordinárias	62	

Descrição	Sul América Capitalização		Caixa Capitalização S.A. - CAIXACAP	
	S.A. - SULACAP	CAIXACAP	CAIXACAP	Total
Ativo	931.287	3.844.921		
Passivo	841.364	3.381.469		
Patrimônio líquido	89.923	463.452		
Receita líquida	65.516	1.604.321		
Lucro líquido do exercício	15.241	176.921		
Percentual de participação (%)	100,00%	24,50%		
Valor contábil do investimento	89.355	58.454	147.809	
Quantidade de ações ordinárias	35	1.960		

Descrição	2020	2019
Obrigações fiscais (Nota 13.3)	83.251	81.692
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	20.704
Demais	139	61
Total	83.390	102.457
Circulante	139	20.765
Não circulante	83.251	81.692

Descrição	2020	2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	211
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	394
Contribuições PIS e COFINS	255	249
Outros	12	12
Total	267	866
Circulante	267	866

Descrição	2020	2019
Compromissos mobiliários a pagar	228	10.486
Contas a pagar diversas	1.239	1.836
Total	1.467	12.322
Circulante	986	11.981
Não circulante	481	341

12. Partes relacionadas: 12.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2020	2019	2020	2019
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	-	20.704
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	102	86
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	125	105
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	1	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (e)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	105	205
Prodent - Assistência Odontológica Ltda (b)	Ligada	Sul América Odontológico S.A.	-	-	1	-
Total			-	-	105	434

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2020	2019	2020	2019
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(1.117)	(925)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(1.365)	(1.174)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(71)	(136)
Total			-	-	(2.553)	(2.235)

(a) Valor referente ao seguro saúde oferecido aos funcionários e dirigentes; (b) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (c) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (d) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; e (e) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias do Grupo SulAmérica. Os montantes de dividendos recebidos e pagos pela Companhia, em 2020 e 2019, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2020	2019	2020	2019
Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA.SAÚDE	-	-	20.704	18.612
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP	14.000	29.292	-	-
Total	14.000	29.292	20.704	18.612

Descrição	2020	2019
Tributárias:		
COFINS	274	270
PIS	88.314	87.165
CSLL	8.704	8.575
IRPJ	4.774	5.282
Outros	3.150	2.969
Subtotal	105.216	104.261
Previdenciárias:		
INSS	13.417	21.649
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	994	1.711
Ações cíveis	10	-
Subtotal	1.004	1.711
Total	119.637	127.621
Não circulante	119.637	127.621

a não deduzir a despesa de Contribuição Social na base de cálculo do Imposto de Renda. Nestes termos os valores questionados foram depositados judicialmente e provisionados, em sua totalidade. Em relação aos processos 200361000173851 e 9700114236 já houve a conversão em renda integral dos valores depositados, tendo inclusive baixado em dezembro de 2018 os valores relativos ao processo 9700114236. O valor baixado foi de R\$1.819. Em agosto de 2019, a Companhia procedeu a baixa dos depósitos judiciais efetuados nos autos do processo 199734000212877, no valor de R\$757 em função da conversão em renda dos mesmos. Os depósitos judiciais relativos ao processo 9700051790 também tiveram conversão em renda integral. Com isso, a Companhia procedeu à baixa do montante de R\$580. A Companhia aguarda a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados em seu processo (199734000053075) e no processo 199734000147100 de sua incorporada Sul América Bandeirantes S.A.. 13.4. Provisões para ações judiciais: As principais ações de provisões judiciais em 31/12/2020 e 2019 são: **INSS:** As ações judiciais relacionadas ao INSS referem-se ao período em que a Companhia operou como sociedade seguradora. A Companhia questionava e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores encontram-se provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as ações reputam como provável a perda das demandas. No mês de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros. A Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado em um de seus processos sobre o tema. Com isso, teve a conversão em renda integral dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. O montante baixado foi de R\$8.527. 13.5. Contingências: Em 31/12/2020 e 2019, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	Saldos em 01/01/2019		Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2019	
		Adições				
Tributárias: (a)						
PIS	68.487	2.539	2.282	(3.002)	70.306	
COFINS	260	-	7	-	267	
CSLL	5.958	-	185	-	6.143	
IRPJ	3.893	-	92	(834)	3.151	
Honorários	1.448	53	12	(516)	997	
Outros	778	-	50	-	828	
Subtotal	80.824	2.592	2.628	(4.352)	81.692	
Previdenciárias:						
INSS	21.933	994	765	(239)	23.453	
Subtotal	21.933	994	765	(239)	23.453	
Total	102.757	3.586	3.393	(4.591)	105.145	
Circulante					66	
Não circulante					105.079	

Descrição	Saldos em 31/12/2019		Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2020	
		Adições				
Tributárias: (a)						
PIS	70.306	-	1.887	-	72.193	
COFINS	267	-	3	-	270	
CSLL	6.143	-	92	-	6.235	
IRPJ	3.151	-	37	(580)	2.608	
Honorários	997	7	62	-	1.066	
Outros	828	-	51	-	879	
Subtotal	81.692	7	2.132	(580)	83.251	
Previdenciárias:						
INSS	23.453	-	420	(9.326)	14.547	
Subtotal	23.453	-	420	(9.326)	14.547	
Trabalhistas e Cíveis:						
Ações cíveis	-	217	9	-	226	
Subtotal	-	217	9	-	226	
Total	105.145	224	2.561	(9.906)	98.024	
Circulante					141	
Não circulante					97.883	

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2020 são de R\$83.251 (R\$81.692 em 2019), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 9). 13.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2020 e 2019 são: **PIS:** Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. Os advogados que patrocinam as ações reputam como remota a probabilidade de perda em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretroatividade e provável em relação aos demais aspectos. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Sul América Bandeirantes Participações S.A., incorporada pela Sul América Investimentos e Participações S.A., que por sua vez, foi sucedida pela Companhia, o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da Emenda Constitucional (EC) 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Atualmente a Companhia aguarda o levantamento dos valores depositados. A Companhia obteve decisão transitada em julgado nos autos dos processos 9700583635 e 9701070780, assegurando o direito de calcular e pagar o PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da Emenda Constitucional EC 17/1997 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, reverteu a provisão relativa a esta parcela, no montante de R\$3.002 e aguarda o levantamento e a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos destes processos. Os demais processos sobre o tema permanecem aguardando decisão. O Decreto nº 8.426, de 01/04/2015, restabeleceu a cobrança da contribuição ao PIS, com alíquota de 0,65% e COFINS, com alíquota de 4%, para as empresas que se encontram no regime não cumulativo, incidentes sobre receitas financeiras, até então isentas de

tributação. Diante disso, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de concessão de medida liminar para não ser submetida às referidas Contribuições sobre as receitas financeiras. Atualmente, a Companhia está recolhendo as Contribuições e aguarda decisão final nos autos do processo. Os advogados responsáveis pela causa reputam como possíveis as chances de perda. **CSLL:** Esta ação está relacionada ao período em que a Companhia operou como sociedade seguradora. Com a edição do artigo 72, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pela EC nº 10/1996, a Companhia ficou sujeita ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, foram impetrados os Mandados de Segurança 96.00115567 e 96.0006174-2 pelas incorporadas Sul América Seguros Gerais S.A. e Sul América Bandeirantes S.A., respectivamente, para assegurar seu direito de não se sujeitar às disposições da EC nº 10/1996. A Companhia aguarda decisão final nos autos do processo 96.00115567. Os valores discutidos na ação estão integralmente depositados. O escritório que patrocina a ação atribui probabilidade de perda remota em relação ao período da anterioridade/ irretroatividade e provável em relação aos demais aspectos. Para esta parcela temos provisão integral. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996 as despesas relacionadas com a CSLL passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda. Em decorrência da alteração legislativa mencionada anteriormente, a Companhia e suas incorporadas impetraram os mandados de segurança nºs 199734000053075, 199734000212877, 199734000147100 (Sul América Bandeirantes S.A.), 9700051790 (Sul América Seguros Gerais S.A.), 9700114236 (Sul América Investimentos e Participações S.A.) e 200361000173851 (Executivos S/A Administração e Promoção de Seguros), obtendo liminar que a franqueou proceder

Sul América Santa Cruz Participações S.A. – CNPJ 92.664.937/0001-80

continuação

14.4. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 14.5. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e de sua controlada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. 14.6. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. 14.7. Distribuição do resultado: Em 31/12/2020, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$22.193 e 2019, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2019
Lucro antes dos impostos	87.924
(-) Impostos e contribuições	(749)
Lucro líquido do exercício	87.175
Constituição da reserva legal (5%)	(4.359)
Lucro líquido ajustado	82.816
Dividendos mínimos obrigatórios:	
25% do lucro líquido ajustado	20.704
Saldo dos dividendos mínimos obrigatórios	20.704
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	62.112

15. Detalhamento das contas de resultado: 15.1. Despesas administrativas:		
Descrição	2020	2019
Pessoal próprio	(80)	(641)
Despesas judiciais, serviços de terceiros e demais	(328)	(1.214)
Localização e funcionamento	(261)	(307)
Outras	(320)	(232)
Total	(989)	(2.394)

15.2. Despesas com tributos:

Descrição	2020	2019
COFINS	(2.080)	(3.514)
PIS	(343)	(108)
Outros	(526)	198
Total	(2.949)	(3.424)

15.3. Resultado financeiro: 15.3.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2020	2019
Títulos e valores mobiliários	37.375	79.473
Valor justo por meio do resultado	4.125	18.257
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	33.250	61.216
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(656)	1.347
Outros	(1.966)	(1.684)
Total	34.753	79.136

15.3.2. Receitas financeiras:

Descrição	2020	2019
Valorização de quotas de fundos de investimentos	13.461	19.184
Títulos de renda fixa - Privados	19.697	30.861
Títulos de renda fixa - Públicos	18.115	32.423
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	1.884	4.998
Outras	724	659
Total	53.881	88.125

16. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	(10.095)	(10.095)	87.924	87.924
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	2.524	908	(21.981)	(7.913)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Correntes:				
Adições:				
Resultado negativo com equivalência patrimonial	(10.421)	(3.751)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	–	(739)	(266)
Redução ao valor recuperável	–	–	(11.017)	(3.966)
Despesas não dedutíveis	(81)	(29)	(230)	(83)
Atualização de depósitos judiciais	–	–	(296)	(107)
Subtotal	(10.502)	(3.780)	(12.282)	(4.422)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	–	–	14.613	5.261
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.729	622	–	–
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários	11.140	4.010	–	–
Reversão de provisões não dedutíveis	1	–	46	16
Atualização de depósitos judiciais	374	135	1.202	433
Outras Exclusões	364	14	174	3
Subtotal	13.608	4.781	16.035	5.713
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(5.303)	(1.909)	–	–
Redução de incentivos fiscais	–	–	883	–
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	327	1	(17.345)	(6.622)
Diferidos:				
Reversão - Créditos tributários de prejuízos fiscais / base negativa	5.303	1.909	–	–
Constituição / (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	(12.896)	(4.643)	11.794	4.246
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	2.354	847	5.278	1.900
Constituição / (reversão) - crédito tributário da redução ao valor recuperável	(5.300)	–	–	–
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	(10.539)	(1.887)	17.072	6.146
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social	(10.212)	(1.886)	(273)	(476)
Alíquota efetiva	-101,16%	-18,68%	0,31%	0,54%
Alíquota efetiva combinada	–	-119,84%	–	0,85%

17. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no resultado abrangente:

Descrição	2020	
	Ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Base de cálculo	(13.026)	(13.026)
Imposto de renda	3.258	3.258
Contribuição social	1.172	1.172
Total	4.430	4.430
Líquido	(8.596)	(8.596)

Descrição	2019	
	Ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	(11.218)	(11) (11.229)
Imposto de renda	2.815	3 2.818
Contribuição social	1.010	1 1.011
Total	3.825	4 3.829
Líquido	(7.393)	(7) (7.400)

DIRETORIA

Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidentes:** Marco Antônio Antunes da Silva; Patrícia Quirico Coimbra; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos.

Diretores: Alessandra Maia Marinho Basile; Alessandro Vicente Cogliatti; Alexandre Putini; Fabiane Reschke; Gustavo Kohn Giometti; Laenio Pereira dos Santos; Marcio Pereira de Souza; e Reinaldo Amorim Lopes.

Contador: Wilson Costa de Almeida - CRC-RJ 086743/O-4

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Santa Cruz Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de março de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou ou cessar suas operações para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e sufi-

ciente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcelo Felipe L. de Sá

Sócio

Contador CRC -1 RJ094644/O-0



COMPANHIA COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 33.396.391/0001-64

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Em conformidade dos Estatutos e da Legislação em vigor, vimos apresentar o Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Resultados, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O saldo do Resultado Líquido do exercício, após a distribuição do resultado conforme apresentado na Demonstração da Mutações Patrimoniais será transferido para a Reserva de Resultados. Rio de Janeiro, 31 de março de 2021. Joaquim de Mello Magalhães Júnior - Diretor Presidente, Henrique de Mello Magalhães Gran - Diretor, Abel Mendes Pinheiro Júnior - Diretor.			Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Fintos em 31/12/2020 e de 2019 (Centavos Omitidos)	
Balanços Patrimoniais Levantados em 31/12/2020 e 2019 (Centavos Omitidos)			2020	2019
ATIVO	2020	2019		
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.460.837	2.783.157		
Aluguéis a Receber	537.510	513.599		
Valores a Receber	1.695	1.845		
Impostos a recuperar	8.959	8.959		
Total do Circulante	3.009.001	3.307.560		
Não Circulante				
Investimentos				
Part. Sociedade Controlada	7.003.881	7.048.453		
Outros Investimentos	1.795	1.795		
Incentivos Fiscais	1.108	1.108		
Total de Investimentos	7.006.784	7.051.356		
Imobilizado				
Imoveis	1.042.383	1.042.383		
Terrenos	593.224	593.224		
Instalações	255.236	255.236		
Computadores e Periféricos	6.220	6.220		
Veículo	61.519	61.519		
Depreciação	(1.296.376)	(1.260.613)		
Total do Imobilizado	662.206	697.969		
Total do Não Circulante	7.668.990	7.749.325		
Total do Ativo	10.677.991	11.056.885		
PASSIVO	2020	2019		
Circulante				
Impostos e Contribuições	7.183	8.884		
Imposto de Renda a recolher	15.145	20.578		
Contribuição social a recolher	8.828	12.717		
Conta corrente	324.400	167.975		
Contas a Pagar	3.027	2.031		
Receita Diferida	23.292	–		
Total do Circulante	381.875	212.185		
Patrimônio Líquido				
Capital	3.084.633	3.084.633		
Reservas	7.160.067	7.109.099		
Resultado do exercício	51.416	650.968		
Total do Pat. Líquido	10.296.116	10.844.700		
Total do Passivo	10.677.991	11.056.885		
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019: NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia Commercial do Rio de Janeiro, estabelecida na Rua Primeiro de Março, 23 - Grupo 1901 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, é Pessoa Jurídica de direito privado, com fins lucrativos, que tem por finalidade administrar bens próprios e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável; NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES: Sumário das principais práticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e da Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue: a) Caixa e equivalentes de caixa - Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. A posição de Caixa e bancos estão demonstradas como segue: R\$ 10,00 em 2020 e em 2019. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor	Demonstrações de Resultado no Período de 01/01 à 31/12/2020 E 2019 (Centavos Omitidos)			
	2020	2019		
RECEITAS OPERACIONAIS				
Aluguéis	978.112	1.134.424		
Receita Financeira	50.219	134.884		
Impostos	(34.510)	(42.132)		
Total	993.821	1.227.176		
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesa Financeira	(2.646)	(1.375)		
Impostos e Taxas	(300.147)	(324.609)		
Despesa Administrativa	(458.832)	(430.358)		
Depreciação	(35.763)	(30.787)		
Total	(797.388)	(787.129)		
RESULTADO OPERACIONAL	196.433	440.047		
Resultado Equivalência Patrimonial	(44.572)	355.945		
RESULTADO ANTES DO IMP DE RENDA E CSLL	151.861	795.992		
Contribuição social sobre o lucro	(33.475)	(44.742)		
Imposto de renda	(66.970)	(100.282)		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	51.416	650.968		
Lucro por Ação do Capital Social	R\$ 0,02	R\$ 0,30		
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fintos em 31/12/2020 e 2019 (Centavos Omitidos)				
	Capital	Reservas	Resultado do Exercício	Total do Pat. Líquido
Saldo em 31.12.2018	3.084.633	7.032.206	676.893	10.793.732
Transferência para Reserva	–	76.893	(76.893)	–
Distribuição de Resultado	–	–	(600.000)	(600.000)
Resultado do Exercício	–	–	650.968	650.968
Saldo em 31.12.2019	3.084.633	7.109.099	650.968	10.844.700
Transferência para Reserva	–	50.968	(50.968)	–
Distribuição de Resultado	–	–	(600.000)	(600.000)
Resultado do Exercício	–	–	51.416	51.416
Saldo em 31.12.2020	3.084.633	7.160.067	51.416	10.296.116
aplicado, ajustadas pelos resultados correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência sendo em 2020 R\$ 2.460.826,94 e em 2				